



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA



CONTRATO Nº07/2007-PS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA - IJF E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, NA CONFORMIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 01972/2007-IJF, DOSSIE 2007.11-832-PGM E DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES QUE SE SEGUEM.

CONTRATANTE: O Instituto Dr. José Frota - IJF, autarquia municipal com sede e foro jurídico nesta capital, Rua Barão do Rio Branco nº. 1816, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.835.044/0001-80, representado pelo seu Superintendente DR. FRANCISCO WANDEMBERG RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, médico, casado, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CPF nº 404.001.313-15.

CONTRATADA: Empresa CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.468.050/0001-47 com sede em Messejana, Estado do Ceará, na Rua Santa Rosália, nº 230, representada pelo seu Sócio Gerente FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado nesta capital, CPF nº 381.686.343-49 e RG nº 11645 SSP/CE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para a execução dos serviços de terceirização de mão-de-obra, nas categorias profissionais e quantitativos discriminados no anexo I e na proposta vencedora, com cópias anexas ao presente contrato, para atender as necessidades do Instituto Doutor José Frota.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato tem como fundamentação legal o artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as modificações que lhe introduziu a Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, e tudo que demais consta na dispensa de licitação processo administrativo nº 01972/2007-IJF/Dossiê;2007.11-832-PGM.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço global.





INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA



CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DO HORÁRIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deverá ser executado no Instituto Doutor José Frota - IJF, nos horários determinados pela contratante, respeitando as jornadas de trabalho, tudo rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Dá-se a este contrato o preço mensal de R\$ 284.957,20 (duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) e valor global de R\$ 1.424.786,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais).

Nos preços acima já estão incluídas as despesas referentes a frete, tributos, salário, vale-transporte, vale-refeição, adicional noturno e insalubridade quando forem o caso, fardamentos e demais ônus atinentes à execução do objeto, inclusive os equipamentos de proteção individual que são os constante em anexo, deste edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado após a emissão da nota de empenho e será no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços executados, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, da Nota de Empenho e ainda:

- CÓPIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS EXECUTORES DOS SERVIÇOS COM O RESPECTIVO COMPROVANTE BANCÁRIO DE DEPÓSITO;
- CÓPIA AUTENTICADA DA GUIA DE RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS SEGURADOS, DEVIDAMENTE QUITADA POR INSTITUIÇÃO BANCÁRIA;
- CÓPIA AUTENTICADA DAS PROVAS DE REGULARIDADE COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, NO SEU PRAZO DE VALIDADE;
- PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA À SEGURIDADE SOCIAL FORNECIDA PELO INSS;
- PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FGTS;
- COMPROVANTE DE FORNECIMENTO AOS EMPREGADOS DE VALES TRANSPORTE OU CRÉDITO EM CARTÃO MAGANÉTICO E VALES REFEIÇÕES, DO MÊS EM REFERÊNCIA, QUE DEVERÁ SER CONCEDIDOS INTEGRALMENTE, OU SEJA, DEVERÃO SER ENTREGUES OS QUANTITATIVOS INTEGRAIS DE TODOS OS VALES TRANSPORTE OU CRÉDITO EM CARTÃO MAGANÉTICO E VALE REFEIÇÃO ATÉ O QUINTO DIA

DIAPUD2007ContratosDispensa e licitação - Serviço/Disp. LJF serviços terceirizados - carta - 01972-07.doc
INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA
Rua: Barão do Rio Branco, 1016 - Centro
Fortaleza-Ceará



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL CONCORRÊNCIA - 1ª OFICINA DE NOTAS E 2ª OFICINA
TABELA: ANOTARIA MARIA ARAÚJO MORAIS CONRÉLIA - CPF: 04.517.060/0001-47
Rua Major Falcão, 476 - Centro - CEP: 60.020-128 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3664.2800
E-mail: mconrélia@notariasecartorio.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 273247 A presente cópia fotostática
conferida com o original exibido nestas Notas Públicas. O
original é vendido Dou. It. Fortaleza, 18 de agosto de
2022 Embrunha R\$ 1,01 - SELLO 3 AUTENTICAÇÃO

atos do ato em:
ce.jus.br/portal



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA



ÚTIL DO MÊS EM REFERÊNCIA, DEVENDO A EMPRESA VENCEDORA ENVIAR A CONTRATANTE ATÉ O 10º DIA ÚTIL DE CADA MÊS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de antecipação ou atraso de pagamento, será devida a atualização monetária do valor faturado em 0,03%, sobre o valor da prestação vencida, por cada dia de atraso ou de antecipação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso haja atraso na execução do serviço imputável à CONTRATADA, não gerará direito à atualização monetária.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATANTE reterá 11% do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo da prestação de serviço e recolherá a importância retida até o dia dois do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento, em nome da empresa cedente da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este contrato terá prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, com início em 01.05.2007 e término em 30.09.07, ou até que se conclua o processo licitatório, não podendo ultrapassar aquele.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente deste contrato correrá à conta de dotações consignadas nos orçamentos abaixo discriminados:

Projeto /Atividade 10.302.0031.2058.0001, Elemento de Despesa 3.3.90.37, Fonte de Recurso 0212, do orçamento do IJF;

CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

O serviço deverá ser executado de acordo com o determinado no projeto básico, executivo e na proposta da Contratada e serão solicitados de acordo com a necessidade do Instituto Doutor José Frota que expedirá convocação a Contratada.

A não observância destas condições implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

O Contratante designará servidor para proceder a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, devendo o mesmo anotar em registro próprio todas as ocorrências a ela relativas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

A Contratada entregará à Administração em até 05 (cinco) dias úteis anteriores ao término do mês em curso, a frequência, os cartões, fichas ou livros de ponto, assinados pelos empregados, os quais ficarão sob o controle da Administração.



AUTENTICAÇÃO Nº 223447 A presente cópia fotostática confere com o original expedido nestes autos. O referido é verificado pelo Tabelião de Notas da 1ª Vara de 2022 em conformidade com o art. 310-A do CC/2002.



CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Caberá à CONTRATADA:

- I. Executar o objeto deste contrato de acordo com o especificado no projeto básico e executivo, neste contrato e na sua proposta;
- II. Apresentar durante a execução do contrato, o objeto dentro das normas e condições do projeto básico e executivo, deste contrato e da sua proposta;
- III. Responder integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de quaisquer natureza, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da má execução do serviço objeto deste contrato;
- IV. Substituir imediatamente, sem ônus para o CONTRATANTE, o profissional que vier a praticar qualquer ato que prejudique a execução do serviço;
- V. Arcar por todos os ônus ou obrigações decorrentes da legislação tributária, fiscal, comercial, trabalhista, civil e criminal relativas à execução do serviço ora contratado, inclusive no tocante a seus dirigentes, prepostos e empregados;
- VI. Executar o objeto deste contrato de acordo com os horários e no local definido pelo CONTRATANTE;
- VII. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Administração fizer na execução do serviço, até 25% no valor inicial atualizado do contrato;
- VIII. Não proceder a nenhum tipo de subcontratação total ou parcial do seu objeto - exceto no caso de haver previsão no edital, devendo a subcontratada, neste caso, atender as condições de habilitação exigidas no edital, apresentando ao CONTRATANTE a documentação pertinente - associação com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- X. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais da execução do contrato, inclusive a sua inadimplência referente a esses encargos, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- K. Apresentar ao Contratante na assinatura do contrato, os seguintes documentos:
 - Registro de Empregado e cópia das páginas da CTPS do mesmo, atestando a contratação;
 - Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função);
 - Comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS /PASEP;

QUAPLIC2007ContratosDispensa e Inas de Instalação - Serviço/Disp. UF serviços terceirizados - cert - 01972-07.doc
INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA
Rua: Barão do Rio Branco, 1916 - Centro
Fortaleza - Ceará.



LEI Nº 2232/27 A presente cópia fotostática contém o original existente nos arquivos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará, em 16 de agosto de 2022. Emulência R\$ 3,01 - SELLO 3 AUTENTICAÇÃO



PARÁGRAFO QUARTO – As rescisões causadas pelos motivos enumerados nos incisos de I a XII e XVII desta cláusula, acarretam as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

- I. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas;
- II. Retenção dos créditos do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado, o descumprimento parcial ou total do objeto deste contrato bem como de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, acarretará a rescisão do ajuste, sujeitando-se ainda o Contratado, após o devido processo legal, às seguintes penalidades:

- I. Multa, cumulativa ou não com as demais sanções, nas seguintes formas:
 - a. 0,33% do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso na execução do serviço ou sua parcela, se for o caso;
 - b. 0,33% do valor remanescente da nota de empenho, em qualquer hipótese de inexecução parcial do contrato ou de qualquer outra irregularidade;
 - c. 0,33% do valor total da nota de empenho, em caso de rescisão contratual por inadimplência da Contratada.
- II. Impedimento de contratar com o Município de Fortaleza com o respectivo descredenciamento no Cadastro da Secretaria de Administração do Município, pelo prazo de até 05 anos, no caso do Contratado, além do inadimplemento total ou parcial, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a sua proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa a que alude esta cláusula, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste contrato e na lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A multa aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada pela Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.





INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA



- IX. A dissolução da sociedade;
- X. A Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XII. A supressão por parte da Administração, da execução do contrato, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da lei 8.666/93;
- XIII. A suspensão de sua execução, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XIV. O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela Administração, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA a suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a sua situação;
- XV. A não liberação, por parte da Administração, do local para se efetivar a execução, nos prazos contratuais;
- XVI. A ocorrência de caso fortuito, de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII ao XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- I. Devolução de garantia;
- II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III. Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

DIAPL02007/Contrato/Despesa e Insc de Licitação - Serviço/Disp. UF serviço (convênio) - certa - 01672.07.doc
INSTITUTO Dr. JOSÉ PROTA
Rua: Barão do Rio Branco, 1816 - Centro
Cuiabá - Mato Grosso



© 2000 NISOURCE. ALL RIGHTS RESERVED. NISOURCE.COM

ESTADO DO CEARÁ - CARVALHO MORAES CORREIA - 1º OFÍCIO DE MORTES E 2º ATU-
TAMARA: ANILDA B. MORAES ALBUQUERQUE MORAES CORREIA - CNEP: 84.571.69330001-67
TAMARA: ANILDA B. MORAES ALBUQUERQUE MORAES CORREIA - CNEP: 84.571.69330001-67
Rua Manoel Francisco, 515 - Centro - CEP: 60.525-100 - Fortaleza - CE. Tel: (85) 2464.5800
E-mail: carvalhomoraes@carvalhomoraes.com.br

112-00 110 am
a.jus.br/portal



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA



- III. Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 05 dias úteis, qualquer alteração no local ou nos horários;
- IV. Emitir nota de empenho e proceder o pagamento da CONTRATADA no prazo e condições estabelecidos no parágrafo primeiro da cláusula quarta deste contrato;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relativas à execução do serviço, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- VI. Alterar, justificadamente, os quantitativos, acrescentando ou diminuindo os mesmos em até 25% no valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem motivos para rescisão do contrato:

- I. O não cumprimento e/ ou o cumprimento irregular das especificações do projeto básico e executivo, da proposta e das cláusulas contratuais;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, no prazo estipulado;
- IV. O atraso injustificado no início da execução do serviço;
- V. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto – desde que o edital não permita e em permitindo, a subcontratada não apresente ao CONTRATANTE a documentação pertinente à habilitação – associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- VII. O desatendimento das determinações regulares do CONTRATANTE, através de servidor designado para acompanhar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. O cometimento reiterado de faltas na execução do contrato anotadas na forma do mencionado na forma do parágrafo 1º do art. 67º, da Lei Federal nº 8.666/93;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

DIAPUC2007ContratosDispensa e inst de licitação - Serviço Obj. 11º serviços terceirizados - carta - 01972-07.doc
INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA
Rua: Barão do Rio Branco, 1818 – Centro
ortaleza-Ceasil.



AUTENTICAÇÃO Nº 223247 A presente cópia fidelizada conforme o original existente nestas Notas Publicas O referido é verdadeiro Deu-se, Fortaleza, 16 de agosto de 2022 Emulimbrado RS 3.01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA



- Cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, onde conste as horas trabalhadas;
- Comprovante de opção e fornecimento do vale-transporte;
- Comprovante que ateste o correto depósito do FGTS em conta vinculada aberta para este fim;
- Recibo de pagamento atestando o recebimento de salários mensais, férias, 13º salário pelo profissional através de comprovante de depósito bancário na conta do empregado.

XII – Fornecer a cada profissional contratado cópia do Contrato de Trabalho, devidamente datado e assinado por quem de direito.

XIII – Prestar GARANTIA CONTRATUAL em uma das modalidades previstas no parágrafo primeiro do Art. 56, da Lei nº 8.666/93, referente à importância de R\$ 71.239,30 (setenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta centavos), correspondente a 5% do valor do contrato, importância esta que lhe será devolvida, mediante requerimento, após o término da vigência contratual, atendendo as determinações abaixo discriminadas:

a – O prazo de garantia está vinculado ao recebimento definitivo atestado pelo órgão receptor.

B – O Contratante descontará do valor prestado em uma das modalidades de garantia, o numerário que bastar à reparação de danos ou prejuízos a que a Contratada der causa na execução do contrato, hipótese em que a Contratada deverá, em 05 (cinco) dias úteis a contar de notificação administrativa, recompor o valor abatido para restaurar a integralidade da garantia.

C – Em caso de rescisão, de acordo com os motivos determinados nos incisos I a XII e XVII, § 1º da cláusula décima segunda, a garantia será executada na sua integralidade.

A liberação da garantia será feita após o término do contrato e, quando tiver sido constituída em dinheiro, o seu valor original será reajustado pela variação do IGPM, entre a data da sua devolução e a data da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- Designar servidor para proceder a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, devendo o mesmo anotar em registro próprio todas as ocorrências a ela relativas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- Obedecer os horários de execução do serviço definidos neste contrato;



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL CORREIA - 4º OFFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
VALERIA ANIELLA MARIA ARAUJO MORAES CORREIA - CPF: 06.577.089/01-07
Rua: Major Facundo, 670 - Centro - CEP: 61.025-116 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3441.5566
E-mail: valeriakorreia@notariocorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223247 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestes Notas Públicas O
referido é verdade Dou N. Fortaleza, 16 de agosto de
2022 Emendamentos R\$ 301 Selo 3 AUTENTICAÇÃO

Ass. do 615 em
16.jul.2022



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Até o 5º dia útil do mês seguinte ao da assinatura deste termo, o contratante providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DESPESAS DO CONTRATO

Constituirá exclusivo da Contratada, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

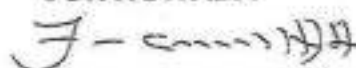
O foro do presente contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, o presente instrumento, lavrado em 04 cópias de igual teor, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram:

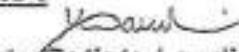
Fortaleza, 30 de abril de 2007.


DR. FRANCISCO WANDEMBERG R. DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DO IJF

CONTRATADA



Visto:


Marta Batista Landim
Coordenadora da PROJUR



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORRÊA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORRÊA - CNPJ: 06.673.009/0001-67
Rua Major Paschoa, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3444.5800
E-mail: mcorreia@moralisocorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223247 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade. Dou fé, Fortaleza, 16 de agosto de
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escrevente
QUALIFICADO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

